

Caminhos e lugares do Concelho de Câmara de Lobos (12)

O Ilhéu de Câmara de Lobos

2 - As iniciativas no combate aos problemas sociais

Ainda que as iniciativas de carácter caritativo ajudassem a minimizar algumas das carências do Ilhéu, não resolviam o problema. Como já o Dr. Eduardo Antonino Pestana havia dado a entender em 1920, a resolução do problema sócio-económico do ilhéu passava por transformações profundas ao nível da estrutura cultural da sua população. Todavia só em finais de Outubro de 1966 é que, nesse sentido, são implementadas, pela primeira vez, algumas medidas através do Programa de Promoção Social Comunitária e que haveria de levar à criação provavelmente em Janeiro de 1967, do Jardim de Infância do Ilhéu.

Sendo outrora graves os problemas sociais no seio da classe piscatória de Câmara de Lobos, é natural que no Ilhéu, esses problemas mais se fizessem sentir dado ser este o local onde se concentrava a maioria da sua comunidade, pelo menos até à construção, na década de 80 dos chamados bairros do Espírito Santo e da Torre ou Palmeira e para onde muitos foram transferidos.

Uma vez que por regra ninguém é insensível à miséria, é de admitir que para a minimizar, várias terão sido, ao longo dos tempos, as ocasiões em que se terão desenvolvido, ou pelo menos tentado desenvolver uma ou outra iniciativa, iniciativas essas que podemos agrupar em quatro grandes níveis: 1) puramente caritativas, onde se integram os bazares de caridade e as sopas ou cozinhas económicas. 2) visando única ou predominantemente a resolução do problema habitacional, onde se integra a construção do bairro piscatório

do Ilhéu. 3) iniciativas destinadas sobretudo a resolução do problema social, onde se integram o programa de promoção social comunitária de 1966 e o programa de combate à pobreza de 1990. 4) Iniciativas visando simultaneamente a resolução do problema social e o aproveitamento turístico do Ilhéu e onde se integra não só um projecto do Arq. António Teixeira Guerra, elaborado em 1965 e, de certa forma também o projecto de recuperação urbanística do Ilhéu que vem sendo concretizado desde 1982, como ainda também outro datado de 1916 que até previa a construção de um hotel no local.

De salientar são também outras intervenções que apesar de pontuais e de não se situarem no Ilhéu se revelaram importantes no apoio a esta população como foram: a Casa dos Pescadores que apesar de em 1940 já possuir um posto médico a funcionar em Câmara de Lobos, vê as instalações da sua delegação local serem benzidas a 13 de Abril de 1941 e mais tarde transferidas para o edifício inaugurado em 27 de Maio de 1956 e que também albergava o Dispensário Materno-Infantil e que também teve importante papel formativo.

Perdida no tempo ficou a intenção, referida no Diário da Madeira de 26 de Agosto de 1937, da construção por parte da Câmara Municipal, de um jardim de infância com características de beneficência, na vila de Câmara de Lobos e cujo projecto chegou mesmo a existir.

Os bazares e as sopas dos pobres

De entre as iniciativas puramente caritativas, destacam-se a organização, por ocasião de algumas festividades religiosas, tanto dos chamados bazares de caridade, como das festas da flor. À sua frente estavam sobretudo as senhoras dos mais elevados estratos sociais da freguesia ou dela originárias, algumas das quais viriam a estar na origem da Associação Damas



Câmara de Lobos com seu Ilhéu no 1º quartel do séc. XX

de Caridade de Câmara de Lobos, com estatutos aprovados pelo Governador Civil em 1929. O mesmo tipo de iniciativa, ainda que de uma forma mais discreta, tinha também a Conferência de São Vicente de Paulo da paróquia de São Sebastião criada ao que se supõe a 25 de Março de 1914. Recitas infantis organizadas quer por algumas professoras quer pelas senhoras da sociedade eram também utilizadas como meios de angariação de fundos, que depois se distribuíam pelos mais necessitados.

Donativos pontuais provenientes de casas de bordados ou outras empresas sitiadas no Funchal, sempre que uma calamidade de

maiores dimensões batia à porta da classe piscatória e a distribuição de sopas, eram outras das formas utilizadas para colmatar a pobreza e a fome.

Pese o facto de poderem ter existido outras iniciativas similares, em 1919 o Diário de Notícias, nas suas edições de 6 de Fevereiro e 19 de Março, dá conta não só da existência de uma cozinha económica em Câmara de Lobos, destinada a matar a fome de centenas de pobres da localidade; em virtude da guerra, como ainda da realização de recitas infantis e quetes para a suportar.

Em 1939, o Diário da Madeira de 30 de Abril, notícia a inauguração, verificada dois dias antes, em

Câmara de Lobos, de uma sopa dos pobres para os mais necessitados e de uma "gota" de leite para as crianças filhas dos humildes pescadores, numa iniciativa do então Governador Civil Dr. José Nosolini, ainda que ao que parece com fornecimento a cargo da Câmara e que por esta altura atingia as 120 sopas. Esta iniciativa é aliás comemorada no ano seguinte, a 27 de Abril de 1940, através de uma homenagem promovida pela Câmara Municipal de Câmara de Lobos ao Dr. Oliveira Salazar e ao Dr. José Nosolini. Nesta ocasião, era de 137, o número de sopas diariamente servidas.

Em 1946 o Eco do Funchal nas suas edições de 3

e 19 de Março dá conta de que por iniciativa do Dr. Vasco dos Reis Gonçalves, presidente da Câmara, havia sido criada em Câmara de Lobos uma cantina escolar custeada em parte com o dinheiro proveniente do Governador Civil e destinado à assistência e em parte pela própria Câmara, beneficiando 100 crianças pobres das escolas da vila e da Casa dos Pescadores. Todavia, agora, a sopa para além de constituir um suplemento nutritivo, tinha também por objectivo estimular as crianças mais pobres a frequentarem a escola. Desta forma, uma iniciativa até então puramente caritativa passa a servir também de estímulo à formação da criança. Aliás, o mesmo método já vinha utilizando, desde 22 de Junho de 1933, o padre João Joaquim de Carvalho no seu Colégio da Preservação, criado 10 anos antes junto à capela do Espírito Santo, para proteger moralmente as filhas dos pescadores.

Melhores condições de habitação

Sendo antigas e frequentes as referências sobre as miseráveis condições de habitação da classe piscatória é também natural que tivessem surgido várias iniciativas, propostas ou desejos expressos pelas autoridades no sentido de as melhorar. Sendo assim, com a ressalva da possibilidade de existirem outras mais antigas, uma das primeiras iniciativas que temos conhecimento, pelo menos em termos de imprensa, data de 1913.

Com efeito, neste ano, no dia 25 de Abril, o Diário da Madeira, depois de uma visita ao Ilhéu, exteriorizando publicamente, segundo diz, a voz de muita gente anónima defende a construção de um bairro para pescadores e em associação com ele um hospital para os pobres afim de que não morressem de fome e ac abandonos.

Quando confrontado com a ideia da construção de um bairro para pescadores no Ilhéu, o então presiden



Câmara de Lobos com o bairro do Ilhéu em 1946

te da Câmara em exercício, Luís Soares de Sousa Júnior, dá conta da preocupação da Câmara nesse sentido, propondo mesmo a construção do bairro não no Ilhéu mas na Trincheira. Contudo, lamentava o facto de a Câmara não possuir disponibilidade financeira para o fazer.

Em 1930, José de Barros Júnior em entrevista publicada no Diário da Madeira de 7 de Setembro defende o saneamento do Ilhéu através da construção de um novo bairro piscatório, curiosamente, não no Ilhéu, mas no sítio do Pastel, sobranceiro à ribeira dos Socorridos. Contudo, volta também a referir os deficientes recursos da autarquia como impeditivo a tal pretensão.

Na sua edição de 21 de Outubro de 1937, o Diário da Madeira dá conta da deliberação da Câmara no sentido da construção de um bairro piscatório no Ilhéu, iniciativa que de resto o então capitão do Porto do Funchal vinha já lutando há 4 anos.

Depois de um longo e complexo trajecto, com vários avanços e recuos, este bairro dotado de 28 fogos de habitação é a 2 de Dezembro de 1945 finalmente inaugurado. Contudo, não passava de uma gota de água num deserto cheio de problemas. Curioso é aliás, o facto de na respectiva cerimónia solene, o Governador Civil ter anunciado que de imediato seriam construídas no sítio do Pastel mais 200 casas para abrigo de 1.700 habitantes, originárias não só do Ilhéu, mas também de outras zonas degradadas onde viviam pescadores.

Infelizmente, o tempo foi passando e apesar de haver quem defendesse a utilização da foz da ribeira dos Socorridos para as construir, dada a sua maior capacidade, só quase 40 anos depois é que novos bairros foram construídos, um no sítio do Pastel (Espírito Santo) e outro na Torre, denominados popular e depreciativamente por Argentina e Malvinas, isto por serem bairros completamente diferentes quer em termos de estrutura quer em termos ocupantes e pelo facto da sua construção e inauguração Ter sido contemporânea ou próxima da chamada guerra das Malvinas que opôs Inglaterra à Argentina.

Pelo meio ficaria um

curioso projecto elaborado em 1965 pelo Arq. António Teixeira Guerra e defendido em 1967 pelo Eng. Rui Vieira, na Assembleia Nacional, onde era deputado e que preconizava implementação do turismo no Ilhéu e Espírito Santo e Calçada Sul, num projecto harmonioso onde se integrava a resolução de toda a problemática social, com passagem da sua população excedentária para bairros e recuperação urbanística do Ilhéu.

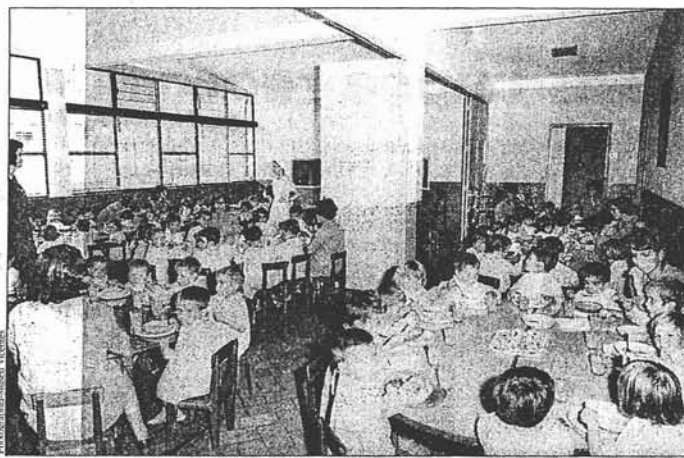
Aliás, ainda que tardiamente, a ideia da recuperação urbanística do Ilhéu viria a ser retomada em 1982, projecto que ainda hoje se encontra em execução.

Programa de promoção social comunitária

Ainda que as iniciativas de carácter caritativo ajudassem a minimizar algumas das carências do Ilhéu, não resolviam o problema. Como já o Dr. Eduardo Antonino Pestana havia dado a entender em 1920, a resolução do problema sócio-económico do Ilhéu passava por transformações profundas ao nível da estrutura cultural da sua população. Todavia só em finais de Outubro de 1966 é que, nesse sentido, são implementadas algumas medidas através do Programa de Promoção Social Comunitária e que haveria de levar à criação provavelmente em Janeiro de 1967, do Jardim de Infância do Ilhéu.

Ainda que a imprensa da época não lhe tenha dado muito destaque, o Diário da Madeira, na sua edição de 15 de Outubro de 1966 diz que ele visava ajudar as comunidades de base, especialmente as mais carenciadas a tomarem consciência das suas necessidades e recursos potenciais e a despertar nelas o desejo de se organizarem de modo a poderem desenvolverem-se em ritmo acelerado e forma orgânica.

Explicando as razões do seu aparecimento, o mesmo órgão de informação referia que era fenómeno corrente em todas as sociedades em desenvolvimento o aparecimento de zonas geográficas e grupos humanos que, por si sós, não são capazes de acompanhar o ritmo do progresso, permanecendo em situação de subdesenvolvimento que, cada vez se tornam comparativamente mais deprimentes.



Refeição no Jardim de Infância do Ilhéu em 1969

Estas comunidades não só não estão em condições de progresso económico-social como, inclusivamente constituem, a longo prazo, um factor entravante do crescimento económico-social das demais zonas progressivas (...).

As suas populações (...) absorvem, em regras, largas somas aos fundos de assistência em virtude das situações carências em que se encontram e não raro, tendem mesmo a converterem-se em factores de tensão e desequilíbrio social e político.

Há pois que chamar tais comunidades ao progresso, proporcionando-lhes os meios de ultrapassarem os obstáculos com que deparam no seu desenvolvimento designadamente procurando assegurar uma colaboração eficaz entre os serviços públicos e a própria população pondo à sua disposição e actuando junto daqueles para que correspondam, com brevidade e eficiência às aspirações das comunidades (...).

Ainda que o Programa de Promoção Social Comunitária se destinasse a ser implementado em todo o Distrito, o Ilhéu de Câmara de Lobos foi a primeira zona escolhida. Justificando esta opção, o Diário da Madeira adiantava ser onde vivem dezenas de famílias cuja grande carência é sobejamente conhecida e cujas situações tenderá certamente a agravarem-se segundo a lei do círculo vicioso de miséria a menos que uma intervenção adequada se verifique em tempo oportuno.

O programa para aquele ilhéu pretende quebrar este círculo vicioso e para tanto há que actuar em várias frentes: a educa-

ção e alimentação das crianças e adolescentes, o aumento do rendimento e organização económica familiar, a formação doméstica das mulheres e raparigas; a higiene pública do meio, incluindo a melhoria das condições habitacionais, etc.

Posteriormente o programa estender-se-ia também ao Caniçal e à Calheta, onde em ambos os locais, tinha em 1967 uma equipa a trabalhar.

Ainda relativamente a este programa o Jornal da Madeira, na sua edição de 6 de Setembro de 1968 dá conta de que ele terá sido alvo de uma abordagem numa reunião da O.C.D.E. realizada em França num seminário sobre O trabalho interdisciplinar de desenvolvimento de uma região e onde deveriam ser analisadas, as experiências de Portugal sobre a execução de um projecto de promoção social comunitária no Ilhéu de Câmara de Lobos, no arquipélago da Madeira e a experiência do desenvolvimento global do leste do Quebec, no Canadá.

Infelizmente este programa que parecia razoavelmente concebido, pelo menos pelos objectivos que se propunha realizar e conteúdo de um dos relatórios publicado na imprensa, acabaria por ser abandonado.

O programa a caminho do futuro

Abortada esta iniciativa, surge em 1990 outra, ao que parece uma fotocópia da anterior, em papel couché, ou pelo menos nela inspirada, ainda que o Diário de Notícias na sua edição de 21 de Setembro de 1990, ao anunciar a sua aprovação pelo Gover-

no da República a considere de características inéditas na nossa terra.

Visando não só o Ilhéu como outras zonas degradadas da freguesia e concelho de Câmara de Lobos, este programa de luta contra a pobreza, denominado inicialmente de Aprender a Viver acabaria por ser baptizado de A Caminho do Futuro e terminaria passados três ou quatro anos depois.

Uma opinião

Sendo o problema social de Câmara de Lobos um problema cujas raízes mais profundas são de natureza cultural, será para perguntar: Como é possível mexer na estrutura cultural desta população com programas de três anos de duração? Se é verdade que é de pequenino que se torce o pepino e se também é verdade que burro velho não aprende línguas, nada mais obvio que para actuarmos sobre as raízes destes problemas sociais temos que fazer uma grande aposta nas crianças, nos jovens, ou seja na geração que estará na origem dos adultos de amanhã. Ora isso pressupõe um acompanhamento da geração alvo desde o nascimento até à idade adulta, ou seja um programa devidamente estruturado com uma duração de 15 a 20 anos.

Só desta forma será possível emergir de uma vez por todas uma geração com auto-estima, que não se acomode nem se resigna à sua situação de miserável, que consiga formular projectos de vida, etc. etc. e que tal como afirmava o projecto "A caminho do Futuro" deverão ser metas a atingir.

Caso contrário todos os

anos haverá necessidade de construir bairros sociais e implementar programas de combate à pobreza junto dos bairros criados no ano anterior.

Naturalmente que a par deste trabalho de raiz é necessário resolver problemas sócio-económicos pontuais e na medida do possível integrar neste programa o maior número possível população adulta. Afinal, também é certo que nem sempre os ditados populares são dotados de toda a verdade!

A propósito dos bairros sociais, para além do bom resultado verificado no Serrado do Mar, através da integração de um deles numa zona habitacional sem problemas, impõe-se a necessidade de se criar gradualmente nesta população responsabilidades na aquisição ou construção de casa própria. Para isso, haverá que implementar um conjunto de medidas, entre as quais, talvez a criação de uma cooperativa fortemente apoiada, em que sejam intervenientes quer os actuais ocupantes dos bairros sociais quer outros provenientes de zonas degradadas e que nutrido o desejo de possuírem habitação própria não dispõem de meios financeiros ou rendimentos suficientes para o fazerem através do mercado de habitação ou da cooperativa actualmente existente em Câmara de Lobos.

Com uma iniciativa deste tipo, provavelmente caminhar-se-ia no sentido das pessoas acreditarem que um dia poderiam vir a ter casa própria, em vez de se resignarem e assumirem uma atitude passiva e esperarem que, perante a degradação das suas condições de vida, a providência governamental lhes resolva o problema.

Infra-estruturas de âmbito sócio-cultural

Para além do infantil que surgiu integrado no Programa de Promoção Social criado pela Direcção Geral de Assistência e hoje funcionando sob a dependência da Secretaria Regional de Educação, o Ilhéu está dotado também de um lar para a 3ª idade com capacidade para 12 pessoas, inaugurado a 8 de Maio de 1989 e de uma escola de ensino pré-primário, criada há cerca de 3 anos. ■

Manuel Pedro de Freitas